



ISSN 1988-7833
<https://doi.org/10.51896/ccs>

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAR Scúpira

PERFIL DOS COORDENADORES MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NO PARANÁ (BRASIL) FRENTE OS DESASTRES

Eduardo Gomes Pinheiro

Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná
Doutor em Gestão Urbana - Pontifícia Universidade Católica de Paraná (PUCPR)
egopinheiro@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5408-7883>

Fabiane Aline Acordes

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná
Mestra em Desastres Naturais - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
fabiane.acordes@gmail.com

Larissa Maria da Silva Ferentz

Doutoranda em Gestão Urbana - Pontifícia Universidade Católica de Paraná (PUCPR)
ferentzengenharia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5804-0361>

Murilo Noli da Fonseca

Doutorando em Gestão Urbana - Pontifícia Universidade Católica de Paraná (PUCPR)
murilonoli@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0718-3087>

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Eduardo Gomes Pinheiro, Fabiane Aline Acordes, Larissa Maria da Silva Ferentz y Murilo Noli da Fonseca: "Perfil dos coordenadores municipais de proteção e defesa civil no Paraná (Brasil) frente os desastres", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 8 octubre-diciembre 2021, pp. 127-144). En línea:

<https://doi.org/10.51896/CCS/GOWV9882>

RESUMO

A falta de recursos humanos e materiais e conhecimento técnico impede cada vez mais a eficácia das ações da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil na redução de riscos. Este artigo apresenta o perfil dos coordenadores desse órgão no Estado do Paraná, para que possam ser balizadas ações de planejamento e de capacitação necessários para o aprimoramento da gestão de riscos e de desastres. O trabalho envolveu a aplicação de um questionário a coordenadores de Proteção e Defesa Civil, contendo critérios sobre características demográficas e a sua atuação na Coordenadoria. Há um predomínio de coordenadores do sexo masculino com formação de segundo grau. 46% dos profissionais são comissionados e 96% acumulam a posição de coordenador a uma ou mais funções. 68% já realizaram algum curso sobre Proteção e Defesa Civil, porém a maioria não tem conhecimento das responsabilidades que detém. A atual situação, de acúmulo de funções e falta de treinamento na temática, dificulta o exercício da função e a criação de oportunidades de treinamentos e incentivos nos setores em que sejam verificados os maiores deficits organizacionais.

Palavras-chave: Gestão local, Gestão de Riscos e Desastres, Planejamento, Redução de riscos de desastres, Capacitação.

MUNICIPAL COORDINATORS OF PROTECTION AND CIVIL DEFENSE IN PARANÁ (BRAZIL) PROFILE FACING DISASTERS

ABSTRACT

The lack of human and material resources and technical knowledge increasingly impedes the effectiveness of the actions of the Municipal Coordination of Protection and Civil Defense in reducing risks. This article presents the profile of the coordinators of this body in the State of Paraná, so that planning and training actions necessary for the improvement of risk and disaster management can be guided. The work involved the application of a questionnaire to protection and civil defense coordinators, containing criteria on demographic characteristics and their performance in the Coordination. There is a predominance of male coordinators with second-degree education. 46% of the professionals are commissioned and 96% accumulate the position of coordinator to one or more functions. 68% have already taken a course on Protection and Civil Defense, but most are unaware of the responsibilities they hold. The current situation, of accumulation of functions and lack of training in the theme, hinders the exercise of the function and the creation of training opportunities and incentives in the sectors in which the largest organizational deficits are verified.

Keywords: Local management, Risk and Disaster Management, Planning, Disaster Risk Reduction, Training.

PERFIL DE LOS COORDINADORES MUNICIPALES DE PROTECCIÓN Y DEFENSA CIVIL EN PARANÁ (BRASIL) ANTE DESASTRES

RESUMEN

La falta de recursos humanos y materiales y conocimientos técnicos impide cada vez más la eficacia de las acciones de la Coordinación Municipal de Protección y Defensa Civil en la reducción de riesgos. Este artículo presenta el perfil de los coordinadores de este órgano en el Estado de Paraná, para que se puedan orientar las acciones de planificación y formación necesarias para la mejora del riesgo y la gestión de desastres. El trabajo consistió en la aplicación de un cuestionario a los coordinadores de protección y defensa civil, que contenía criterios sobre las características demográficas y su desempeño en la Coordinación. Hay un predominio de coordinadores masculinos con educación de segundo grado. El 46% de los profesionales son comisionados y el 96% acumulan el puesto de coordinador a una o más funciones. El 68% ya ha tomado un curso sobre Protección y Defensa Civil, pero la mayoría desconoce las responsabilidades que tienen. La situación actual, de acumulación de funciones y falta de formación en el tema, dificulta el ejercicio de la función y la creación de oportunidades e incentivos de formación en los sectores en los que se verifican los mayores déficits organizativos.

Palabras clave: Gestión local, Gestión de Riesgos y Desastres, Planificación, Reducción del Riesgo de Desastres, Capacitación.

INTRODUÇÃO

O município é lócus da ocorrência de eventos extremos e desastres. Por essa razão, é importante que o governo municipal esteja consciente da necessidade de estruturar o órgão de proteção e de defesa civil para que, em conjunto com os órgãos setoriais e com a comunidade, possa coordenar as ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) é o órgão responsável pelo planejamento, articulação, coordenação, mobilização e gestão do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). O Poder Executivo Municipal é a entidade responsável por incentivar a sua criação e implantação, em consonância com as responsabilidades descritas na Lei Federal 12.608/2012 e Lei Estadual 18.519/2015. A existência e funcionamento da Compdec habilita, em caso de desastre, a transferência de recursos federais ao município destinados à execução de obras de reconstrução.

A missão da COMPDEC é desenvolver projetos e programas em todas as etapas do ciclo de gestão em proteção e defesa civil. Para isso é essencial que esse órgão esteja vinculado ao Gabinete do Prefeito; guarde uma estreita relação com os demais órgãos da administração municipal e com organizações comunitárias que atuam no tema, a fim de que sua atividade seja permanente e integral, independentemente da existência ou não de evento adverso. Embora não exista uma regra ou fórmula para sua constituição, a estrutura de uma COMPDEC conta com um coordenador, ou secretário-executivo, que, via de regra, deve ser um profissional experiente e com reconhecida capacidade técnica em gestão de riscos e de desastres, com acesso ao Prefeito, disponibilidade de tempo, competência e autoridade para tomar decisões em situações de crise. Junto à equipe, o coordenador, a partir da identificação e conhecimentos dos processos perigosos que se desenvolvem no seu município, define planos específicos para enfrentá-los, onde é estabelecido o que fazer, quem faz, como fazer e quando deve ser feito. Estes documentos devem ser compartilhados com todos os atores, de modo que cada um saiba qual é a sua função no processo e, assim, evitar sobreposição e/ou ausência de atores em certas atividades (Fonseca e Garcias, 2020; Fonseca e Garcias, 2021).

No entanto, uma pesquisa realizada em 10 Estados brasileiros identificou que a maioria dos agentes de proteção e defesa civil não tinham conhecimento suficiente da legislação e do ciclo da gestão de risco de desastre (Sedec e Pnud, 2014). As preocupações encontravam-se atreladas à formação e capacitação; estrutura física e condições de trabalho; e institucionalização da profissão de agente de proteção e defesa civil, devido à alta rotatividade de agentes e gestores em nível municipal e estadual. Estas situações resultam em falhas de fiscalização, aumentando as ocupações irregulares e, assim, nos impactos ambientais e sociais (Pnud, 2012).

Baseado nessa circunstância, buscou-se conhecer e analisar o perfil dos coordenadores municipais de proteção e defesa civil que atuam no Estado do Paraná (Brasil). Desde 2003, o Estado conta com todas as Coordenadorias, de todos seus 399 municípios, instituídas por lei. Isso se

torna um passo imprescindível para aprimorar e personalizar práticas de capacitação que ofereçam melhor suporte para que estes profissionais desenvolvam suas funções de forma eficiente, visando minimizar as perdas e os danos (materiais ou físicos) decorrentes dos desastres.

GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

A ocorrência de desastres está relacionada a fatores de risco que aumentam as vulnerabilidades de determinadas regiões nas cidades. Nestes locais, a infraestrutura comumente é precária, com uma drenagem ineficiente e sem sistemas de coleta de esgoto e resíduos, aumentando os impactos negativos no caso de eventos extremos (Lima et al., 2021). No Brasil, essa situação deriva do veloz processo de urbanização vivenciado a partir da década de 1960, de forma que os municípios evoluíram sem planejamento, tendo como consequências o aumento da ocorrência de alagamentos e inundações, devido às altas taxas de impermeabilidade (Lima et al., 2021). A preocupação gerada com essa conjuntura se agrava no momento em que um quarto da população mundial que vive em cidades encontra-se nestes locais (Onu, 2015).

Com o aumento dos riscos de desastres e da deterioração das cidades, é imprescindível o fortalecimento e a integração de política públicas que auxiliem os gestores na tomada de decisão (Jacobi, 2013). A quantidade de assentamentos precários, de situações de vulnerabilidade e da exposição estão cada vez maiores, sobretudo ao considerar a cultura de crescimento econômico que continua a prevalecer perante os outros setores da sociedade (Sulaiman, 2014). Ainda, há interferência política no país, de maneira que os investimentos no âmbito dos desastres são realizados principalmente em ações de resposta e recuperação (Monteiro, 2010). Tais etapas são as partes componentes da Gestão de Riscos e Desastres (GRD), que visa a capacidade dos municípios em enfrentar os desastres, minimizando seus impactos e retornando ao estado original o mais rápido possível por meio de medidas estruturais e não estruturais (Undrr, 2004) (QUADRO 1).

Quadro 1 –

Gestão de Riscos e Desastres

Gestão	Etapas	Descrição
Gestão de Riscos	Prevenção	Identificação dos riscos, a fim de reduzi-los ou eliminá-los. Para isto, é importante o cumprimento da legislação e das políticas públicas, além da capacitação e participação de toda a sociedade, de forma a estar ativamente em todo o processo.
	Mitigação	Buscar pela redução do risco para diminuir os impactos, de modo que se alcance o equilíbrio entre as ameaças e a população.
	Preparação	Adoção de medidas na prevenção e organização estratégica para resposta durante o desastre, de modo a determinar as ações de todos

		os agentes envolvidos durante os eventos.
Gestão de Desastres	Resposta	O objetivo principal é o de salvar vidas e bens. Ocorre quando o desastre já aconteceu, mobilizando e direcionando os recursos na intervenção deles.
	Recuperação	Diminuição dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes do desastre ocorrido, a fim de devolver as mínimas condições da comunidade afetada para que a segurança local retorne. São etapas que se tornam grandes estratégias municipais, incentivando a resiliência e permitindo uma atuação eficaz da proteção e defesa civil.

Fonte: Pinheiro (2017).

Com uma Gestão de Riscos e Desastres efetiva, é possível alcançar a redução de perdas econômicas e humanas durante a ocorrência de desastres. Além do mais, é nevrálgico que se faça uma gestão participativa e integrada, capacitando os gestores municipais e a comunidade (Onu, 2010). Deste modo, o papel da governança local é crucial para a resiliência urbana, seja ela para avaliação da eficiência de novas tecnologias ou para a mitigação de problemas ambientais, principalmente ao considerar o alcance do desenvolvimento sustentável (Onu, 2015).

O PAPEL DOS GESTORES MUNICIPAIS

A Lei Estadual nº 18.519/2015 institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná, sendo de competência do município coordenar as ações em âmbito local, em articulação com o Estado e a União, incorporando-as ao planejamento, sobretudo no Plano Diretor Municipal. Além disso, é previsto que o município seja responsável por identificar e mapear as áreas de atenção e as áreas de risco de desastres do município, fiscalizando e proibindo novas ocupações nessas áreas; fiscalizar as edificações existentes nas áreas de risco, realizando interdições e evacuação da população; elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, devendo ser anualmente atualizado; realizar exercícios simulados, conforme Plano de Contingência; realizar a prestação de contas da utilização de materiais durante a resposta dos eventos extremos; avaliar os danos e prejuízos resultantes dos desastres; utilizar o Sistema Informatizado de Defesa Civil para o registro das ocorrências; elaborar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil; providenciar moradia temporária às famílias atingidas; instalar sistemas de alerta nas áreas de risco; informar a população sobre os riscos de desastres.

Dessa forma, os gestores municipais são peça chave para a resiliência a desastres, uma vez que são os atores mais próximos à população e tem a missão de auxiliar a população no processo de desenvolvimento de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, bem como na adaptação (Ferentz, Fonseca e Pinheiro, 2018). A qualificação de pessoas com capacidade técnica para gestão municipal é cada vez mais importante para a coordenação de proteção e defesa civil (Simiano, 2017). Logo, é necessário que o coordenador de proteção e defesa civil tenha um

cargo de dedicação exclusiva, já que os desastres podem ocorrer a qualquer momento e, por isso, seu monitoramento deve ser realizado de forma constante (Simiano, 2017).

Dentre as competências dos coordenadores estão a identificação de ameaças para a elaboração de planos; a capacidade técnica na gestão de desastres; boa relação com prefeito, setores administrativos e população; assim como na definição de sistemas de alarme e alerta para a devida orientação da comunidade (Onu, 2012; Ufsc-Ceped, 2012). Além do coordenador municipal, é vital uma equipe qualificada e preparada para agir antes, durante e após a ocorrência de eventos extremos. Ela deve ser formada por pessoas multidisciplinares e experientes, bem como, dos recursos necessários para o momento das ações (Simiano, 2017).

No entanto, a situação atual do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil em relação aos recursos é preocupante, tendo em vista que a escassez e falta de agentes em todos os municípios (Pnud, 2012). Sem equipe e recursos, as ações de prevenção, preparação e resposta a desastres não pode ser efetuada de maneira eficaz. Por essa razão, o reconhecimento da necessidade de um órgão para a Defesa Civil nos municípios se faz necessário, a fim de que sejam dirigidas verbas específicas para o atendimento de todas as etapas do processo (Ufsc-Ceped, 2012).

Outro fator que chama a atenção se refere a rotatividade dos coordenadores, uma vez que tais cargos são assumidos pela indicação das novas gestões. Muitos daqueles que assumem a responsabilidade de Proteção e Defesa Civil não possuem qualificação, assim como não possuem exclusividade de tempo, acumulando cargos que não permitem a total atenção a gestão de riscos de desastres. Estas questões interferem diretamente nas ações pré-ocorrência do evento, com a falha nas fiscalizações prévias e a falta de organização durante e pós-eventos (Pnud, 2012).

A gestão de riscos de desastres precisa de atualizações constantes, já que novas tecnologias e novos procedimentos estão surgindo a cada momento. São estas oportunidades que aprimoram as ações municipais. É imperioso que os coordenadores tenham domínio sobre as legislações, regulamentações e conceitos do tema, a fim de realizar uma gestão integrada, envolvendo todos os setores, a comunidade e até cidades próximas (Ufsc-Ceped et al., 2012; Simiano, 2017).

SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO PARANÁ

Com o aumento de impactos negativos nas cidades provenientes da ocorrência de eventos extremos, as comunidades passaram a exercer uma cultura de proteção e defesa para ajudarem uns aos outros. Esta cultura se estendeu até o início da Segunda Guerra Mundial, quando as primeiras Defesas Civas foram estruturadas como uma responsabilidade do governo, frente a incêndios, colapsos de edificações e guerras (Defesa Civil PR, 2018). No Brasil, a Defesa Civil está instituída pela Lei nº 12.608 de 2012, sendo denominada como SINPDEC. A coordenação das ações em todo o território nacional é realizada pelo órgão central do SINPDEC: a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). O objetivo deste órgão é a redução do risco de desastres, por meio de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação que abrangem os três níveis de governo federal, estadual e municipal, além da sociedade civil (MIN, 2016).

No Estado do Paraná, a Defesa Civil foi criada em 1972, pelo Decreto Estadual nº 3.002, passando a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para o âmbito da Casa Militar em 1992, conforme Lei nº 9.943. No ano após a instituição da Lei Nacional nº 12.608 de 2012, foi regulamentado o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC) através Decreto Estadual nº 9.557 de 2013. Por fim, em 2014 foi instituído o Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRisco), e em 2015, a Lei nº 18.519, Política Estadual de Proteção e Defesa Civil. A estruturação atual do SEPDEC pode ser observada na Figura 1.

Figura 1.
Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil



Fonte: Defesa Civil PR (2018)

As ações da Proteção e Defesa Civil do Paraná, visam prevenir ou minimizar os impactos negativos resultantes de eventos extremos, sejam estes naturais ou tecnológicos. Não obstante, tem como deveres atender as populações que foram atingidas por desastres e socorrer aquelas que ainda estão passando por estes eventos, a fim de evitar perdas materiais e humanas. Estas ações são possíveis com a participação de toda a comunidade na adoção de medidas preventivas, de preparação das pessoas, resposta eficiente e rápida recuperação local (Defesa Civil PR, 2018).

METODOLOGIA

Este trabalho visa identificar o perfil dos coordenadores de Proteção e Defesa Civil dos municípios paranaenses. Ele pode ser classificado como quanti-qualitativa, pesquisa aplicada e descritiva. Quanti-qualitativa, pois não serão apenas apresentadas as porcentagens de cada indicador em análise, mas também uma análise mais aprofundada em relação a cada realidade. Pesquisa aplicada, pois além do estudo bibliográfico conceitual, o trabalho buscou por informações diretamente aos municípios, resultando em uma base de dados que pode vir a servir como base de

informações para o planejamento municipal. Descritiva, pois busca apresentar as caracterizações municipais e as principais relações entre elas.

Coleta e análise de dados

Foi desenvolvido um questionário contendo critérios de conhecimento geral dos coordenadores - por gênero, idade e escolaridade - e também acerca da função que ocupam - tipo de cargo (efetivo ou comissão), realização e frequência de cursos de capacitação na área de Proteção e Defesa Civil e acúmulo ou não de outras funções na administração municipal (Quadro 2).

Quadro 2 –

Total de municípios amostrados por CORPDEC.

Trabalha Exclusivamente com Proteção e Defesa Civil?	
a) Sim	
b) Não	
i) Se Não. Acumula qual função?	
Funcionário de Carreira ou Comissão?	
Realizou algum curso de capacitação sobre PDC?	
c) Sim	
d) Não	
i) Se Sim. Há quanto tempo?	
(1) Menos de um ano	
(2) Mais de um ano	
(3) Mais de dois anos	
Escolaridade?	
e) Sem Escolaridade	l) Pós-graduação Incompleta
f) Ensino Fundamental Incompleto	m) Pós-graduação Completa
g) Ensino Fundamental Completo	n) Mestrado Incompleto
h) Ensino Médio Incompleto	o) Mestrado Completo
i) Ensino Médio Completo	p) Doutorado Incompleto
j) Superior Incompleto	q) Doutorado Completo
k) Superior Completo	r) Pós-doutorado Incompleto
	s) Pós-doutorado Completo
Idade?	

O questionário foi posteriormente aplicado, por meio de entrevistas telefônicas, a 105 dos 393 coordenadores municipais cadastrados no Sistema Informatizado de Defesa Civil – SISDC (de um total de 399 municípios), escolhidos de forma a representar pelo menos um quarto do total de coordenadores em cada uma das quinze Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil – CORPDEC presentes no Estado (Quadro 3). Nesse caso, optou-se em priorizar as informações nos municípios com menor número de habitantes.

Quadro 3 –

Total de municípios amostrados por CORPDEC.

CORPDEC	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	Total
Municípios	1	40	61	42	94	14	14	7	10	19	15	27	14	21	20	399
Amostragem	1	9	16	11	24	4	4	2	2	6	4	7	4	6	5	105

Fonte: os autores.

O número de municípios inseridos nas CORPDECs é variável. A 5ª regional (Maringá) é a que mais concentra municípios, com 94, seguida pela 3ª (Londrina), com 61 municípios. Em contrapartida, a 1ª (Curitiba), a 8ª (Paranaguá) e a 9ª (Foz do Iguaçu) têm os menores números de municípios sobre sua responsabilidade.

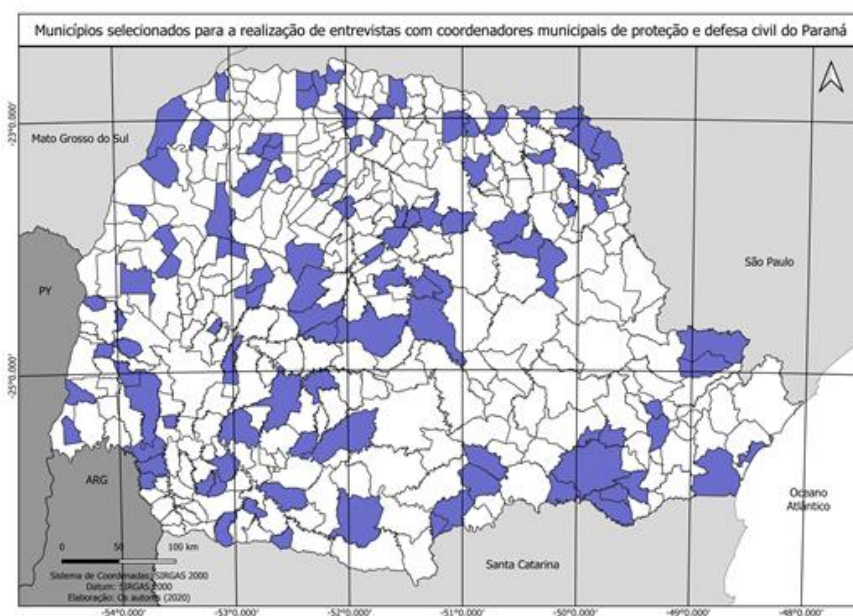
Após a conclusão das entrevistas foi realizado um trabalho de tabulação dos dados para definir padrões que pudessem representar o perfil dos coordenadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizou-se 151 contatos em diferentes municípios. Destes, 105 completaram a entrevista o suficiente (Figura 2). 46 não geraram dados devido a situações diversas, que incluíram números de telefone inexistentes ou desatualizados, mudança e/ou ausência de um coordenador no SISDC.

Figura 2.

Municípios selecionados para a realização de entrevistas com coordenadores municipais de proteção e defesa civil do Paraná



Fonte: Os autores (2020)

Características Demográficas

As entrevistas nos mostram que, em relação ao gênero, a maior parte dos coordenadores são do sexo masculino. O Paraná tem 87% de coordenadores do sexo masculino, 11% do sexo feminino e 2% sem coordenador registrado. Para a caracterização da amostra, dos 105 coordenadores entrevistados, 87% deles são do sexo masculino, representando mais de seis vezes a quantidade de coordenadoras, que é de 13%. Embora os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontem para uma participação feminina significativa, representando 55% do funcionalismo público, na prática, as mulheres ainda padecem de desigualdades no que se refere à diferença de gênero: “são recorrentes os casos de assédio moral e sexual gerados por preconceito de gênero, dificuldade de promoção e cargos precarizados” (Follmann e Otsuka, 2018, p.2).

Outro aspecto que merece atenção, as mulheres continuam com remuneração inferior à dos homens. Em média, a desigualdade salarial chega a 30% em nível mundial, considerando características idênticas de formação para os cargos (Follmann e Otsuka, 2018). Mesmo com as exceções, a maioria encontra-se em cargos menos relevantes, embora ostentem grau superior de escolarização. As desigualdades entre homens e mulheres nas condições socioeconômicas do trabalho devem ser uma das mudanças necessárias para o atingimento da igualdade salarial, pois ao longo dos anos, os profissionais do sexo masculino apresentam salários maiores que do sexo feminino, mesmo que as mulheres possuem as maiores escolaridades (Brasil, 2013).

Além da análise de gênero, chama a atenção a relação de idades dos coordenadores. Para melhor visualização dos dados obtidos, a idade foi agrupada em cinco intervalos, obtendo-se os seguintes resultados: 4 entrevistados possuem entre 20 e 29 anos; 23 entre 30 e 39 anos; 32 entre 40 e 49 anos; 39 entre 50 e 59 anos e 7 entre 60 e 69 anos. Nas faixas que compreendem entre 18 e 19 anos e mais de 70 não houve registros. Segundo a distribuição adotada, a maior parte dos coordenadores entrevistados, ou 68%, concentra-se na faixa entre 40 e 59 anos de idade. A concentração nesta faixa etária indica um grupo composto por profissionais teoricamente experientes nas suas respectivas áreas de atuação, mas que por se encontrarem numa geração digital não ativa, podem apresentar alguma dificuldade no uso destes aparatos que fazem parte do seu cotidiano.

Outro ponto a ser destacado, é que embora os cargos públicos tenham sido procurados com maior intensidade por jovens, ainda hoje existe um receio em apontar pessoas novas para cargos de grande responsabilidade, como é a COMPDEC. Esta característica pode influenciar diretamente na inovação dos processos governamentais, tendo em vista o conhecimento que estes jovens podem agregar e as ideias que podem contribuir para agilidade dos sistemas. Quanto à escolaridade, os coordenadores entrevistados, em sua maioria, têm o segundo grau completo (36 pessoas), seguido por formados em nível superior (33 coordenadores) e na sequência com pós-graduação (13 entrevistados). Juntos, representam 78% do total de entrevistados. Não foi detectado nenhum coordenador sem escolaridade ou com grau de escolaridade acima de pós-graduação completa.

Considerando a realidade do país, o grau de escolaridade apresentado pelos gestores é satisfatório. Todavia, é importante que o fomento ao atingimento de níveis mais altos de formação

seja estimulado, considerando que no Brasil, apenas 15,3% da população possui ensino superior completo (Parrode, 2017). É uma situação que exige cada vez mais uma mudança cultural, sobretudo em relação aos cargos públicos de confiança. É preferível que não só o coordenador mas toda a sua gestão ganhe novas visões que incorporem a teoria da gestão de risco de desastres na prática.

Atuação na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Ao ligar para os municípios, por exemplo, e perguntar pelo coordenador municipal, uma realidade comum foi o desconhecimento do interlocutor dessa função no quadro da prefeitura. Em relação à função que ocupam, 53% dos coordenadores são funcionários de carreira, contra 47% ocupantes de cargo em comissão. O índice de coordenadores em cargos de comissão ainda é bastante alto, correspondendo a metade dos entrevistados. É uma prática comum, mas que na maioria das vezes prejudica a tomada e o planejamento de médio em longo prazo (Ferentz, Fonseca e Pinheiro, 2018), primordiais no âmbito da defesa civil, considerando as trocas constantes dos profissionais que ocupam os cargos de comissão (Ganen, 2012).

Os cargos de comissão visam formar uma equipe de confiança para auxílio dos governantes. Porém, “a prática nos mostra que tais vagas são, muitas vezes, ofertadas através de manobras políticas, visando que futuramente aquele indivíduo empossado possa fazer às vontades daquele que o nomeou” (Ferreira, 2014, p.1). Ou seja, quando há troca de gestão, troca-se o coordenador, e geralmente ele não está preparado para assumir um papel na área, gerando uma perda de continuidade do processo de redução de riscos, conhecimento específico da áreas de risco e da população vulnerável, bem como da capacitação adquirida. Logo, “a atribuição de cargos por indicação está incorreta e as alterações do quadro de profissionais trazem prejuízos à atuação da defesa civil e, portanto, os cargos deveriam ser preenchidos através de concurso público” (Londe, Soriano e Coutinho, 2015, p.81)

Outro aspecto é o acúmulo de funções que os coordenadores entrevistados relataram desempenhar. Em 101 dos municípios, os funcionários exercem não apenas essa função na gestão local, mas acumulam uma ou mais (96% do total). A exclusividade do cargo se faz necessária pela necessidade do constante monitoramento dos eventos, sendo necessárias ações antes, durante e depois, que exigem desse profissional uma elevada carga de trabalho. Logo, não apenas um coordenador é necessário, mas também uma equipe e recursos que sejam destinados às ações de prevenção e resposta a desastres. “A Defesa Civil bem estruturada é a certeza de que essas ameaças, quando concretizadas, serão minimizadas” (Braun, 2006, 14).

Embora seja o principal órgão público para prevenir a ocorrência de desastres no município, muitos relataram enfrentar problemas com suprimentos básicos (como a falta de coletes de identificação) ou mesmo de tempo para execução de ações cotidianas do coordenador e sua equipe (como alimentar o banco de dados do Estado (SISDC) com relação às ocorrências ou atualizar os dados cadastrais da COMPDEC). Essa situação contrasta com os resultados de Londe, Soriano e

Coutinho (2015). Neles, os coordenadores relataram ter como principais problemas a falta de recursos e de apoio institucional.

A atual Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), não obstante os avanços por ela consignados, não logrou instrumentalizar uma visão integrada do objeto e das práticas da Defesa Civil, criando uma estrutura piramidal cuja base é extremamente frágil. Em todos os níveis de atuação e principalmente na base desta pirâmide, há necessidade de um maior nível de capacitação técnico-profissional dos atores bem envolvidos, o que não poderá ser feito sem a criação de uma carreira estruturada e bem definida em seus objetivos políticos e sociais (Queiroz e Bodstein, 2011, p.18).

No município de Palmeira (Paraná), o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil encontrava-se desatualizado, tendo apenas um contato correto da equipe técnica (Ferentz, Fonseca e Pinheiro, 2018). Os demais não eram mais responsáveis por certas atribuições, mudaram de secretaria ou não tinham conhecimento de serem os responsáveis. Tal situação evidencia a ineficácia da supervisão da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), já que lhe é confiada a tarefa de auditar os planos e garantir que as informações sejam adequadas, buscando verificar sua aplicabilidade e eficácia (Ceped-Pr, 2016).

Capacitação

A necessidade de uma cultura que vise a redução de riscos de desastres perpassa pelo fato de que os integrantes das coordenadorias devem estar preparados para aplicar e incentivar novas práticas sociais. Isso requer uma capacitação que preveja a promoção e aplicação de políticas e estratégias, que estruture e fortaleça a gestão local. Outrossim, permite que os conhecimentos adquiridos sejam incorporados e implementados nas atividades administrativas do município, através de leis de uso e ocupação do solo, permissividade de construções e a promoção da qualidade de vida (Ufsc-Ceped, 2012).

Dos coordenadores pesquisados, 71 afirmaram ter realizado cursos de capacitação em proteção e defesa civil. Dentre estes, cerca da metade (34,3%) disseram ter realizado este curso a menos de um ano, 15,1% a mais de 1 ano e 18,1% a mais de 2 anos. Apesar de 68% respondentes já terem feito algum curso de capacitação em defesa civil é vital reforçar esses conhecimentos para que a atuação e articulação estejam alinhadas com todos os setores da administração municipal.

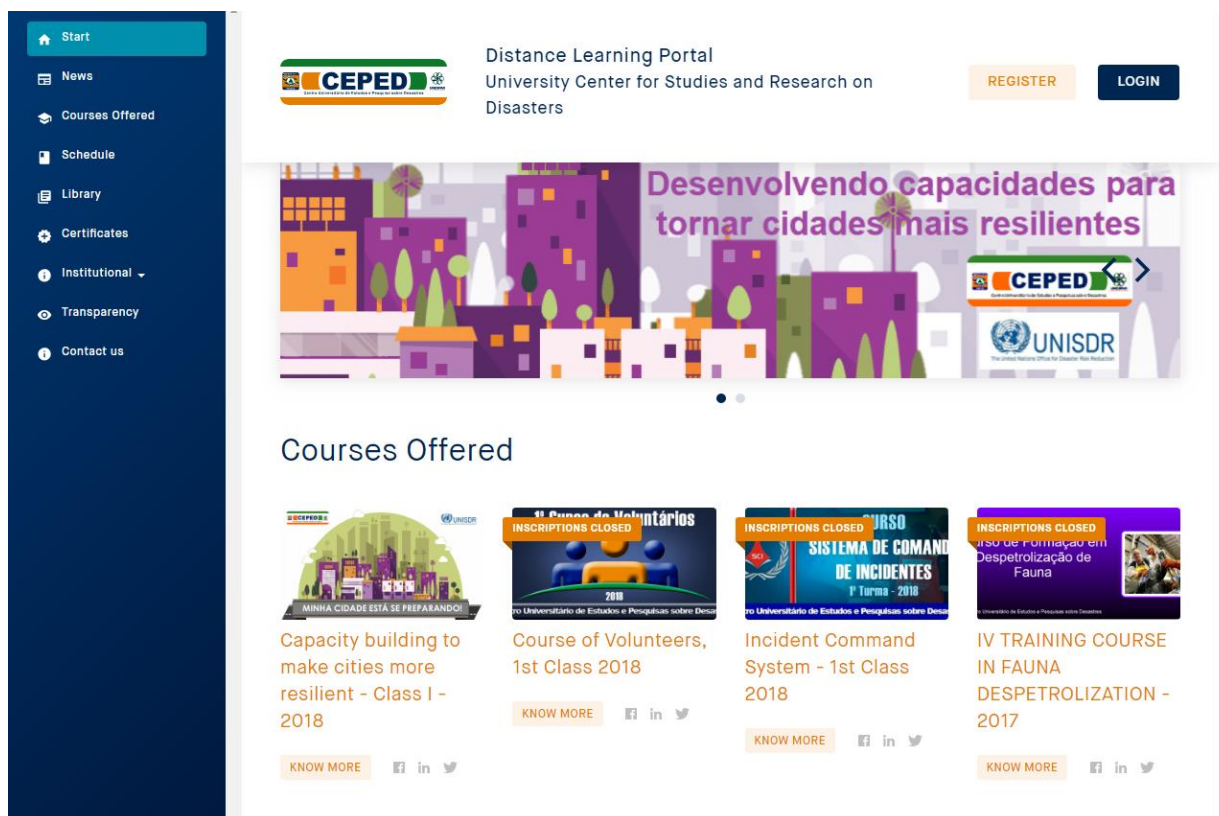
Objetivando a necessidade de capacitações/treinamentos, o governo federal promoveu ao longo dos anos inúmeros cursos, gerais e específicos, para a preparação dos gestores locais frente ao atendimento a emergências e desastres. Tais cursos se propõe a “mostrar quais são os procedimentos inerentes a um agente de Proteção e Defesa Civil, mas também envolver toda a comunidade em compromissos de autoproteção e de prevenção de riscos de desastres” (Ufsc-

Ceped, et al., 2014, p. 6). Os cursos também têm sido ofertados pela Cepdec, mais especificamente pelo Ceped/PR (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres do Paraná), que é o responsável pelo ensino de proteção e defesa civil no Estado. Para tanto, a educação a distância (EaD) tem se mostrado uma ferramenta de grande pertinência frente aos desafios hodiernos, de modo que essa modalidade permite chegar aos lugares mais remotos do território nacional, bastando o acesso à internet. Outro fator importante diz respeito a flexibilidade de realização do curso, fator de grande relevância especialmente para agentes públicos, pois enquanto o aluno pode acessar o conteúdo e realizar as atividades conforme a disponibilidade de horário que possui, não há a necessidade de se afastar da sua cidade e de suas atividades do dia a dia (Pinheiro et al., 2019).

Para tanto, foram concentrados esforços para a criação, desenvolvimento e manutenção de portal EaD para a gestão da plataforma moodle do Ceped/PR, visando a integração, personalização e customização de informações e evolução na gestão de ensino EaD no CEPED/PR (Figura 3). O portal foi lançado na Unespar (Universidade Estadual do Paraná), a qual passou a ter uma plataforma EaD própria, representando uma inovação dentro da instituição. Em relação a capacitação, foram ofertados dois cursos pelo sistema EaD de ensino do Ceped/PR (Pinheiro et al., 2019) . O “Curso de Conhecimentos Fundamentais para Gestores Municipais de Proteção e Defesa Civil”, que visa oferecer uma formação essencial ao gestor municipal de proteção e defesa civil para atuação em períodos de anormalidade. Com novos prefeitos assumindo o mandato em 2017, muitas Compdecs foram reestruturadas, sendo compostas por servidores que necessitam de treinamento. Desta forma, fez-se necessário capacitá-los, bem como atualizar aqueles que permaneceram na gestão atual.

Figura 3.

Portal de ensino à distância do CEPED/PR.



Fonte: Pinheiro et al. (2019)

O Ceped/PR também ministrou um curso voltado à Sanepar, o “Curso de Sistema de Comando de Incidentes”, com a finalidade de capacitar gestores e instituições para a aplicação do Sistema de Comando de Incidentes (SCI). O SCI é uma ferramenta de gerenciamento de emergências mundialmente conhecida e adotada pela Cepdec. Esta ferramenta também vem sendo adotada pelos órgãos de segurança pública, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Porém, os eventos de Defesa Civil extrapolam a participação de órgãos de segurança pública envolvendo diversas instituições. Empresas públicas que prestam serviços essenciais, como a Sanepar, devem possuir conhecimento sobre como utilizar o SCI para se integrarem eficientemente na resposta aos desastres.

A aplicação de cursos locais, com características dos municípios, é uma necessidade do sistema atual. A atuação dos gestores é vital frente às ações de Proteção e Defesa Civil. Logo, a preparação deles é fundamental para a prevenção, preparação e resposta de Desastres.

6. CONCLUSÕES

É possível inferir que boa parte dos coordenadores municipais não tem conhecimento das responsabilidades que detém mesmo a maioria tendo afirmado já ter realizado cursos. Também é perceptível uma dificuldade significativa em conseguir contato com os coordenadores, sobretudo pelo fator de que os telefones disponibilizados caem, de modo geral, em uma telefonista que precisa fazer a transferência e por vezes nem conhece a função de coordenador de defesa civil.

Além disso, há de forma generalizada um acúmulo de funções que, segundo relato dos coordenadores, dificulta substancialmente o exercício da função de coordenador municipal de defesa civil. Essas situações podem ser amenizadas com uma prática continuada de cursos e capacitações, não somente dos coordenadores, mas de uma gama de pessoas envolvidas nos municípios. O envolvimento intersetorial, assim como a integração dos setores estruturantes da gestão local, é vital para se alcançar uma Gestão de Riscos de Desastres eficaz no Estado.

Outro ponto que cabe ser destacado se refere à dificuldade para a coleta dos dados desta pesquisa. Os municípios paranaenses estão cadastrados no SISDC, sendo necessário que cada um deles atualize as informações de seus coordenadores. Atualmente, não são solicitados dados de caracterização destes coordenadores, apenas seus contatos. Se o sistema for aprimorado com a inserção de informações adicionais, a evolução do perfil municipal pode ser monitorada a cada ano, criando novas oportunidades de treinamentos e incentivos nos setores em que sejam verificados os maiores déficits organizacionais.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2013). Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 170 p.
- Braun, A.A. (2006). A Análise do trabalho voluntariado no Sistema Nacional de Defesa Civil. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil)-Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis
- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres do Paraná (Ceped-Pr). Fundação de Apoio à Unespar (FUNESPAR). (2016). Construindo um Estado Resiliente: o modelo paranaense para a gestão do risco de desastres. Curitiba: CEPED/FUNESPAR, 156p.
- Defesa Civil PR (2018). Estrutura Estadual. Casa Militar, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.
- Ferentz, L.M.S., Fonseca, M.N., Pinheiro, E.G. (2018). “Gestión de riesgo de desastres y los planes municipales de contingencia: estudio de caso en el municipio de Palmeira/PR”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales,.
- Ferreira, M.C. (2014). O Clientelismo e os Cargos Comissionados: Impacto na Eficiência da Administração Pública. São Paulo: ABDET. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/o-clientelismo-e-os-cargos-comissionados-impacto-na-eficiencia-da-administracao-publica/>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

Follmann, A.C., Otsuka, L.L. (2018). Mesmo com avanços, mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho. Migalhas. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI255889,41046-Mesmo+com+avancos+mulheres+ainda+enfrentam+desigualdade+no+mercado+d>>. Acesso em 04 fev. 2020.

Fonseca, M. N. da, Garcias, C. M. (2020). Comunicação de risco de inundação: instrumento fundamental da gestão de riscos de desastres. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, 10, 1139–1159. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2882>

Fonseca, M. N. da, Garcias, C. M. (2021). Os desafios da comunicação na redução do risco de inundação. Caminhos de Geografia (UFU), 22(81), 1-14. <https://doi.org/10.14393/RCG228155089>

Ganem, R.S. (2012). Gestão de Desastres no Brasil, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasília.

Jacobi, P.J.R. (2013). São Paulo metrópole insustentável – como superar esta realidade? Cadernos Metrópole, São Paulo, 15(29):219-239,.

Lima, R.E., Miguez, L.A.L., Acordes, F.A., Fonseca, M.N. Proposta metodológica para mapeamento de risco de inundação no município de Curitiba (Paraná). Caminhos de Geografia (UFU), 22(82), 1-12. <https://doi.org/10.14393/RCG228155095>

Londe, L.R., Soriano, E. Coutinho, M.P. (2015). Capacidades das instituições municipais de proteção e defesa civil no Brasil: desafios e perspectivas. Revista do Departamento de Geografia - USP, São Paulo, 30, 77-95.

Monteiro, J. B., et. al. (2010). Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Discussão dos Desastres Naturais: uma contribuição para a gestão de áreas de risco. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ENG.

Onu – Organização das Nações Unidas. (2010). Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade está se preparando. Tradução Sarah Marcela Chinchilla Cartagena. Florianópolis: Nações Unidas, 29 p.

_____. 2012. Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Guia para Gestores Públicos Locais. Nações Unidas: Genebra.

_____. (2015). Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nações Unidas no Brasil. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> >. Acesso em: 27 dez. 2019.

Paraná. Lei nº 18.519 de 23 de julho de 2015. 2015. Instituição da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil. Acessado em junho de 2020. <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtoAno.do?action=exibir&codAto=144318>

Parkinson, J., Milograna, J., Campos, L.C., Campos, R. (2003). Drenagem Urbana Sustentável no Brasil. Relatório do Workshop em Goiânia-GO. Goiânia: CREEA, 24p.

Parrode, A. (2017). Apenas 15% dos brasileiros têm ensino superior completo, mostra IBGE. ed. 2214. Jornal Opção. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/apenas-15-dos-brasileiros-tem-ensino-superior-completo-mostra-ibge-113091/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

Pinheiro, E.G. (2017). Orientações para o planejamento em Proteção e Defesa Civil: Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil. Curitiba: FUNESPAR.

Pinheiro, E.G., Stringari, D., Cova, G., Fonseca, M.N., Simiano, L.F. (2019). Redesastre: a contribution from Paraná to the management of disaster risk in Brazil. Global Assessment Report. UNDRR. p.1-26. Disponível em in: https://www.preventionweb.net/files/66784_fpinheirostringaricovafonsecasimian.pdf Acesso em: 04 fev. 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). (2012). Projeto de Cooperação Técnica Internacional: BRA/12/017 – Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Sedec/Pnud – Secretaria Nacional De Defesa Civil. Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. (2014). Diagnóstico e análise das necessidades de formação em gestão de risco de desastres. Projeto BRA12/017 de fortalecimento da cultura de gestão de risco de desastres no Brasil. Brasília: Sedec/Pnud.

Simiano, L.F. (2017). O perfil do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil. In: CEPED. Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres. Guia de Conhecimentos Fundamentais para Gestores Municipais de Proteção e Defesa Civil. 1 ed. Governo do Estado do Paraná, Casa Militar, Coordenadoria Estadual de Proteção de Defesa Civil. 34p.

Sulaiman, S.N. (2014). De que adianta? O papel da educação para a prevenção de desastres naturais. 291p. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo.

Ufsc-Ceped. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. (2012). Capacitação dos Gestores de Defesa Civil para uso do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). [Texto: Jairo Ernesto Bastos Krüger]. – 2. ed. – Florianópolis: CAD/UFSC, 116 p

Ufsc-Ceped. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. (2014). Capacitação básica em Defesa Civil / [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. - 5. ed. - Florianópolis: CEPED UFSC, 157 p.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR). (2004). Living with Risk: A global review of disaster reduction initiatives. v. 2 (Annexes). New York and Geneva.